



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14785 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

FATORES INTERFERENTES NA PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS, COTISTAS E MÃES NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UFMT

Josiane Rodrigues dos Santos - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Ana Luisa Alves Cordeiro - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Esta pesquisa insere-se no contexto de democratização do acesso à educação superior e da implementação de políticas de ação afirmativa, sendo que busca compreender a interseção entre raça, gênero e classe na trajetória acadêmica das mulheres negras, visando analisar os fatores interferentes na permanência de mulheres negras, cotistas e mães na pós-graduação *stricto sensu* da UFMT.

Destaca-se a relevância das portarias normativas e resoluções que promovem o acesso da população negra a educação superior, como a Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016, que induz em âmbito federal as ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e a Resolução do CONSEPE-UFMT n. 197, de 13 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a política de ações afirmativas para pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência e trans (transexuais, transgêneros e travestis), na pós-graduação *stricto sensu* da UFMT. A aprovação do Projeto de Lei n. 5.384/2020, em outubro de 2023, expandindo as ações afirmativas para graduação e pós-graduação *stricto sensu* em instituições federais de ensino superior, reflete um avanço significativ

Nesta pesquisa, o conceito de “acesso” é compreendido conforme a abordagem de Silva e Veloso (2013), que enfatiza a democratização do acesso à educação superior. Isso vai além de simplesmente promover a entrada de mais pessoas no sistema educacional, implicando numa transformação fundamental do sistema estabelecido, ou seja, diz respeito às dimensões do ingresso, permanência, qualidade da formação e conclusão. A democratização do acesso à educação superior implica uma ruptura com o sistema eurocêntrico, criando condições para a construção da democracia.

No que tange às ações de “permanência”, como destacado por Cordeiro, Cordeiro e

Muller (2016), diz respeito às ações, políticas e programas de permanência que as instituições devem estabelecer para garantir aspectos de ordem pedagógica, cultural e socioeconômica. É importante, portanto, conceber um ambiente acadêmico que não apenas viabilize o ingresso, mas também proporcione garantias de realização do acesso à educação superior.

Já as ações afirmativas, conforme definidas por Gomes (2001), consistem em um conjunto de políticas públicas e privadas, podendo ser compulsórias, facultativas ou voluntárias. Seu propósito é combater a discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, buscando também minimizar os efeitos do racismo. O principal objetivo das ações afirmativas é garantir a efetiva igualdade de acesso a bens essenciais, como educação e emprego.

O referencial teórico-metodológico parte dos campos do Feminismo Negro. Collins (2016) define o “pensamento feminista negro” como a produção intelectual elaborada por mulheres negras, destacando três pilares centrais: autodefinição e autoavaliação, percepção da interconexão das opressões e redefinição da própria cultura. A autora argumenta que a interconexão entre raça, gênero e opressão de classe é fundamental no pensamento feminista negro, pois as mulheres negras enfrentam opressão em todas essas áreas simultaneamente, destacando a importância de entender a opressão como um sistema interconectado.

Desse modo, raça, gênero e classe são construções sociais que moldam as experiências individuais e coletivas, influenciadas por contextos históricos, socioeconômicos, culturais e ideológicos. Segundo Munanga (2004), raça é uma categoria sociológica e cultural, não biológica, marcada por históricos de opressão ao povo negro. Scott (2017) descreve gênero como uma construção social que transcende as categorias biológicas, sendo influenciada por fatores culturais e históricos. Quanto à classe, refere-se à estrutura social baseada na posição econômica e social, envolvendo não apenas aspectos econômicos, mas também relações de poder e dominação capitalista. A ideologia desempenha um papel fundamental na manutenção das hierarquias de classe (González, 2020).

Na pesquisa foram entrevistadas cinco participantes sendo que, por questões de confidencialidade, usaremos nomes fictícios escolhidos por elas mesmas: Ametista, Beatriz, Caetano, Rosa Caveira e Sara. As idades das participantes variam de 30 a 42 anos. As rendas familiares também variam, refletindo diferentes realidades socioeconômicas, no entanto, todas são da classe trabalhadora.

O desafio de entrevistar representantes de todas as áreas de conhecimento delineadas pelo CNPQ não foi totalmente superado, evidenciando uma falta significativa da presença de mulheres negras nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Engenharias. A pesquisa foi aprovada no CEP Humanidades. Aplicamos no formato presencial as entrevistas semiestruturadas. Inicialmente, foi realizada a leitura e assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido, a realização das entrevistas com gravação do áudio, o qual foi armazenado de forma segura em um servidor na nuvem, onde permanecerá acessível

pelo período de cinco anos.

A pesquisa tem caráter bibliográfico, documental e exploratório em uma abordagem qualitativa. Desse modo, para chegar até as discentes de pós-graduação *stricto sensu*, nossas participantes da pesquisa, utilizamos a técnica de amostragem da “bola de neve”. De acordo com Vinuto (2014), a técnica de amostragem “bola de neve” é uma estratégia utilizada na seleção de participantes para pesquisas com difícil acesso.

Na etapa de análise dos dados construídos, optamos por adotar a análise de conteúdo nas orientações de Gomes (2011) e da categoria “interseccionalidade” (Crenshaw, 2002), observando a intersecção de raça, gênero e classe, bem como a operacionalidade dos sistemas de poder: racismo, patriarcado e capitalismo.

A interseccionalidade, sistematizada por Crenshaw (2002), aponta a necessidade de reconhecer as implicações estruturais das interações de raça com outras intersecções como gênero e classe. Nessa perspectiva, o acesso à academia pelas ações afirmativas se torna uma forma de mulheres negras e mães adentrarem a esse espaço. Lembrando que as ações afirmativas, “[...] não se reduzem à concessão de cotas que promoveriam a igualdade de oportunidades de ingresso das minorias em determinados setores do mercado de trabalho e nas escolas” (Gomes, 2002, p. 45). Aqui, a população negra é entendida enquanto maioria populacional, porém minoria em direitos.

Ao recorrerem ao direito à educação por meio de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu*, as participantes compartilham suas experiências; “eu sempre tive muita altivez como tenho até hoje de dizer que eu entrei pelas ações afirmativas, pra mim isso é motivo de orgulho eu deixava isso bem claro” (Sara, 2023). As narrativas demonstram o orgulho, mas também a conscientização do papel das ações afirmativas para o acesso a um espaço historicamente negado às pessoas negras.

Ametista (2023) destaca a sobrecarga enfrentada por muitas estudantes de pós-graduação, as quais buscam conciliar arduamente trabalho, maternidade, tarefas domésticas e ativismo: “[...] conciliar a vida trabalhista com a rotina de mãe, com a rotina de dona de casa, com a rotina de mestranda, eu sou militante também, então eram muitas coisas pra ser feitas [...]?” Sua narrativa ilustra as múltiplas responsabilidades. O que destaca essa luta por visibilidade, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres, mas também construir sociabilidades em que elas possam se desenvolver integralmente.

Para Beatriz (2023) a questão do tempo aparece como um grande desafio para mulheres negras na pós-graduação, evidenciando a necessidade de apoio institucional e social para conciliar maternidade, trabalho doméstico/remunerado e as demandas acadêmicas. A falta de tempo para o pensamento e a reflexão pessoal, muitas vezes é comprometido e ocorre somente após a conclusão das tarefas domésticas. Isso evidencia uma realidade na qual o espaço para a contemplação individual e o trabalho intelectual é escasso e frequentemente

sacrificado em favor de outras responsabilidades (hooks, 1995).

Rosa Caveira (2023) enfatiza as dificuldades financeiras enfrentadas devido a atrasos no recebimento da bolsa: “[...] a bolsa atrasou muito ou ficou dois meses sem receber, o que você faz nesses dois meses? Quando você é sozinho, você come o que tiver, mas quando você tem filho você não pode dar miojo todo dia [...]”. O que ressalta a necessidade de políticas mais eficazes para garantir o suporte financeiro adequado às estudantes mães.

A ausência de rede de apoio pode comprometer o desenvolvimento acadêmico das mulheres negras, cotistas e mães na pós-graduação *stricto sensu*. Uma rede de apoio precisa ser necessariamente sólida e quanto mais pessoas abarcar, melhor o bem-estar dessas mulheres. Para Caetano (2023), “Geralmente as atividades são o horário da aula dele, né? E aí se ele não está na escola, ele está com o meu companheiro, se é possível também a minha mãe, a minha avó sempre, estão bem presentes”. O acesso desigual aos recursos financeiros molda a capacidade das mulheres mães de estabelecer e manter redes de apoio.

É crucial reconhecer que as políticas de ações afirmativas operam num contexto de um sistema racista, machista e capitalista que, por sua própria natureza, contribui para a marginalização e exclusão. Portanto, enquanto essas políticas são um avanço importante, é necessário acompanhá-las com mudanças estruturais profundas do sistema racista, machista e capitalista para erradicar verdadeiramente as desigualdades enraizadas.

Além disso, a libertação das mulheres negras das responsabilidades exclusivas do trabalho doméstico é crucial para que elas possam realmente se dedicar às esferas intelectuais e políticas de suas vidas, bem como é fundamental que a produção científica assuma um compromisso explícito com a transformação social, visando potencializar tanto as estudantes envolvidas nesse processo logo a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Mulheres negras. Pós-graduação. Permanência. Ações afirmativas. Interseccionalidade.

Referências

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.384/2020 dia 18 de outubro de 2023**. Senado, atualização da Lei de Cotas, 2023. Brasília: Senado, 2020.

CORDEIRO, Maria José de J. A.; CORDEIRO, Ana Luisa A.; MULLER, Maria Lucia R. A permanência de Estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 131–153, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171- 188, jan. 2002.

GOMES, Joaquim B. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. **Revista de Direitos Difusos**, São Paulo, v. 2, n. 9, p. 1133-1163, out. 2001.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados na pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 79-108.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/organização** Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 03, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre. Vol. 20, n. 2. p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria das Graças M. da; VELOSO, Tereza Christina M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Sorocaba, v.18, n. 3, p. 727-747, 2013.

UFMT. **Resolução CONSEPE/UFMT nº 197 de 2021**. Cuiabá: UFMT, 2021